

REVISTA  
PORTUGUESA  
de HISTÓRIA  
tomo XXIX



COIMBRA 1994  
FACULDADE de LETRAS  
da UNIVERSIDADE de COIMBRA  
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

# A HISTORIA ECONÓMICA E SOCIAL NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E METODOLOGIAS \*

## 1. BREVE "ITINERÁRIO" DA HISTORIA ECONÓMICA E SOCIAL

### *1.1. Primórdios e evolução*

Como qualquer outra disciplina, também a historia económica e social tem a sua própria historia. Nesta, perspectivada no longo prazo, podem detectar-se três fases: a) do século XVIII até finais de Oitocentos; b) desde então até meados do século XX; c) a partir dessa altura, com destaque para as últimas três décadas.

a) Na primeira fase - a que poderíamos chamar *apré-história* do dito ramo historiográfico - começam a surgir algumas chamadas de atenção para aspectos que, posteriormente, vieram a ser integrados na história económica e social, a saber: o económico, o social, os grupos anónimos, os fenómenos recorrentes, etc. Com efeito, enciclopedistas e iluministas, ainda na segunda metade de Setecentos,

\* O texto que ora se publica, anotado, serviu de base a urna conferencia proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (13.12.1994), integrada no programa evocativo dos 20 anos do Instituto de Historia Económica e Social.

e românticos, já na primeira metade de Oitocentos, aperceberam-se das insuficiências e limitações da história—político-militar e diplomática, profundamente elitista, no sentido tradicional do termo—que se encontrava em voga. A propósito, Michelet referia-se à «história daqueles que sofreram, trabalharam, decaíram e morreram sem ser capazes de descrever os seus sofrimentos» (1).

No mesmo sentido, Paul Maurice, ao anunciar a publicação de uma obra de Michelet (*Légendes de la démocratie*), em 1848, escrevia:

«O operário, o camponês, o artista [artesão], o estudante, o soldado, todos os estados, todas as profissões, por assim dizer, reencontram nas suas biografias, simultaneamente ideais e verdadeiras, as suas tradições, os seus padrões, os seus modelos» (2).

b) Pelos finais do século XIX, entra-se na segunda fase, graças a diversos factores— primeira escola histórica alemã, marxismo e desenvolvimento de várias ciências, como a sociologia e a psicologia—, durante a qual a história económica e social sofre uma profunda alteração, ao transformar-se de *tópico*—como havia sido até essa altura—em *disciplina*. Assim, em 1893, foi criada em Harvard (Estados Unidos da América) a cadeira de história económica. Já no presente século, não só se multiplicaram as disciplinas — seminários, cursos, cursos de pós-graduação, etc.— de história económica ou de história económica e social, em vários países, como se criaram departamentos, institutos e associações, ao mesmo tempo que a literatura especializada ia divulgando o novo

O Peter Burke, *La revolución historiográfica francesa. La escuela de los Annales: 1929-1984* (tracl. do inglês), Barcelona, Ed. Gedisa, 1993, p. 16.

(2) *Apud* Éric Fauquet, *Michelet ou la gloire du professeur d'histoire*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1990, p. 351. Perante uma concepção de história tão precursora, já houve quem se interrogasse: «Terá Michelet pertencido à história romântica, à história positivista [ou] à história dos Annales?» (E. Fauquet, *idem*, p. 432). Como nos restantes casos de citações a partir de obras em língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade.

ramo das ciências históricas. Logo em 1926 foi criada, na “London School of Economics”, a “Economie History Society” — cujo primeiro presidente foi o conhecido historiador W. J. Ashley, a qual começou a publicar, no ano seguinte, a *Economie History Review* <sup>(3)</sup>.

Desde os anos 1920 até meados do século, a história económica e social — especialmente em França—viria a alcançar um enorme sucesso, ao ser assumida pelo grupo dos *Annales* (desde 1929) como área de investigação privilegiada, por vezes de modo quase exclusivo. Com efeito, embora certos trabalhos, então elaborados, apontassem já para algumas das tendências futuras — história das mentalidades, “business studies”, biografia, etc.—, a esmagadora maioria situava-se no âmbito da *história económica e social*—por muitos identificada com *a história*, mais geralmente conhecida por *nova história*—, denunciando um certo “imperialismo” científico.

c) A terceira fase—a partir de finais dos anos 1950 e inícios dos anos 60—caracteriza-se pelo rasgar de novos caminhos e pelo diversificar de metodologias, devido a achegas de várias proveniências. Voltarei, oportunamente, ao assunto.

## *1.2. Contributos diversos*

Para que a história económica e social tivesse alcançado o prestígio de que hoje goza — comprovado recentemente, pela atribuição do Prémio Nobel das Ciências Históricas (1993) a historiadores desta área, Robert W. Fogel e Douglass C. North <sup>(4)</sup> —, convirá recordar os diversos tipos de contributo que lhe foram

<sup>(3)</sup> F. Mendels, “Economie. Histoire économique”, André Burguière (dir.), *Dictionnaire des sciences historiques*, Paris, PUF, 1986, p. 217. Entre 1871 e 1985 foram criadas, nos diversos países, trinta e cinco revistas de história económica e social (Carlo M. Cipolla, *Between history and economies. An introduction to économie history*, Oxford, Basil Blackwell, 1991, p. 5).

<sup>(4)</sup> «Por terem renovado a investigação em história económica» (“Editors’ Notes”, *The Journal of Economic History*, vol. 54, 1994, n.º 2, p. 449).

dados, pelo menos desde há um século. De forma sucinta, poder-se-ão diferenciar três níveis: autores, instituições e organizações dedicadas à divulgação.

Quanto aos *autores*, além de historiadores célebres e sobejamente conhecidos que se têm dedicado a este campo historiográfico—desde o citado W. J. Ashley, Paul Mantoux, Henri Pirenne, Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Pierre Léon, Jean Bouvier, Emmanuel Le Roy Ladurie, F. Mendels e tantos outros—, não devem olvidar-se também os cultores de outras disciplinas que à história económica e social têm dado preciosas achegas. Recordo, por exemplo, sociólogos como Max Weber, Wemer Sombart e Émile Durkheim, geógrafos como Vidal de La Blache e Orlando Ribeiro, economistas como François Perroux ou Joseph Schumpeter.

Do *ponto de vista institucional*, às já mencionadas associações—nacionais e internacionais—, devem acrescentar-se os departamentos, centros ou institutos—dedicados à investigação e ao ensino nesta área—, não só nas Faculdades de Letras como, entre outras, nas de Direito e de Economia.

As *editoras e aos órgãos de comunicação social*, por sua vez, cabe igualmente uma função importante no difundir da produção científica. Daí que o seu contributo também deva ser lembrado, em virtude de os resultados de investigações mais específicas e/ou aprofundadas nem sempre serem susceptíveis de interessar a um público alargado.

### 1.3. *Disciplina e contexto histórico*

É hoje geralmente aceite que, para explicar o desenvolvimento de uma disciplina, não basta recorrer à sua dinâmica interna. Torna-se necessário considerar, igualmente, o respectivo contexto socio-económico e cultural. Sobre o assunto, já foi destacado:

«Em qualquer momento, a situação de uma disciplina resulta conjuntamente das suas condições anteriores e do contexto socio-intelectual que é o seu. Como os dos anos 1980, os livros dos anos

1930 apresentam respostas datadas a questões datadas» (5).

No que à história económica e social diz respeito, atente-se nos seguintes exemplos.

Na transição do século XIX para o século XX, perante o sucesso económico—e, em certa medida, social—já então alcançado por fenómenos como o *capitalismo* e a *industrialização*—que, aliás, continuavam na ordem do dia—, alguns autores começaram a dedicar às referidas temáticas importantes trabalhos de investigação. Assim, Werner Sombart estuda o capitalismo— nas suas relações com o espírito burguês, o amor e o luxo (6\*) —, Max Weber dedica-se à investigação das influências dos princípios religiosos e da respectiva prática no desenvolvimento do capitalismo O, enquanto Paul Mantoux investigou aprofundadamente a revolução industrial, devendo-se-lhe o primeiro trabalho de grande fôlego sobre o assunto (8).

No contexto das crises das décadas de 1920 e 1930 — e, em especial, da grande crise de 1929—, a história dos preços adquiriu direito de cidade. Sobre o papel desta temática na história económica, salienta Maurice Aymard:

«E à volta dos preços que se efectua, no início dos anos de 1930, a mutação da *história económica*. Mutações colocadas sob o signo de uma aplicação ao passado de conceitos e métodos perdidos

(5) Jean-Yves Grenier e Bernard Lepetit, "L'expérience historique. A propos de C.-E. Labrousse", *Annales. ESC*, 44.º ano, 1989, n.º 6, p. 1349. Ver opinião análoga nas seguintes obras: George G. Iggers, *New directions in European historiography*, ed. revista, Londres, Methuen, 1984, p. 5-6; Antonio de Oliveira, *Podere oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1990, p. 7.

(6) Cfr., por exemplo, Werner Sombart, *Amor, luxo e capitalismo* (trad. do alemão), Venda Nova, Bertrand Editora, 1983.

(7) Ver a obra, já clássica—e, ainda que discutível, estimulante, em termos teórico-metodológicos —, de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (trad. do alemão), Lisboa, Ed. Presença, 1983.

(8) Paul Mantoux, *La révolution industrielle au XVIII<sup>e</sup> siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre*. Prefácio de T. S. Ashton, reed., Paris, Ed. Génin, 1973.

emprestados à economia política, e de adopção de técnicas estatísticas simples, mas rigorosas, permitindo uma medida matemática e uma apresentação gráfica das flutuações de curta como de longa duração». E prossegue o autor:

«Os historiadores descobrem com ela um nível científico de explicações [...] e uma liberdade nova em relação ao *tempo*: uma *periodização* fundada sobre as fases de expansão e de retracção da economia e sobre as *crises* que lhe marcam as articulações, em substituição do recitativo tradicional dos reinados e dos grandes episódios políticos» (9). Recordem-se, a propósito, os notáveis estudos de Ernest Labrousse (10) e de Simiand (11). Poder-se-iam ainda referir contributos noutros domínios, mas também com repercussões na história económica e social. Recordo, por exemplo, Jean Fourastié, em França, e Colin Clark, nos Estados Unidos da América—este último na importante obra intitulada *The conditions of économie progress*, 1940 —, ao definirem e teorizarem os conhecidos três sectores da economia (primário, secundário e terciário) e o próprio John M. Keynes, com a sua teoria do pleno emprego. Por sua vez, o pós-11 Guerra Mundial —em especial os cerca de cinquenta milhões de mortos e os significativos movimentos migratórios — contribuiu para que os investigadores passassem a dedicar mais atenção ao estudo dos homens, não só em si mesmos

(9) M. A., «Prix», Jacques Le Goff *étal.*, *La nouvelle histoire*, Paris, CEPL, 1978, p. 473. Ver também, entre diversas outras obras: Vitorino Magalhães Godinho, "Preços e conjuntura do século XV ao XIX", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 489-516; Armando de Castro, «Preços — Na época contemporânea», *idem*, p. 516-520; Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, A. Colin, 1955; Aurélio de Oliveira, *Elementos para a história dos preços na região hracarense, 1630-1830*, Braga, 1973.

(10) A tese de Labrousse (1932) foi dedicada precisamente ao assunto: *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*. O autor voltaria a focar o assunto em diversos outros trabalhos.

(11) Entre outros, F. Simiand, *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVI<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Domat Montchrestien, 1933.

mas também como produtores, distribuidores e consumidores. Graças ao aperfeiçoamento dos métodos quantitativos e ao recurso à «história serial» (P. Chaunu)— designadamente através da utilização sistemática dos registos paroquiais, como fontes privilegiadas—, a tradicional história das populações transformava-se em *demografia histórica*. Esta entra, assim, no seu período áureo (anos 1950-1970), em países como a França, a Grã-Bretanha, Espanha e Portugal <sup>(12)</sup>.

Finalmente, ñas últimas duas décadas, verificaram-se alterações ao nível político—no sentido de uma crescente valorização dos regimes e movimentos democráticos e participativos—, social e cultural. Desenvolveu-se a investigação em disciplinas como a antropologia e a sociologia; a interdisciplinaridade começou a ser mais apreciada, enquanto a história passou a interessar a um público mais vasto e diversificado. Contestam-se os determinismos—inclusive os de ordem científica—e valorizam-se novos factores — ideológicos, simbólicos, emocionais etc.—, pelo que o quantitativo passou a não ser já considerado como garantia necessária e suficiente da cientificidade da história, ao invés do que afirmava E. Le Roy Ladurie, em 1973 <sup>(13)</sup>.

O historiador inglês Peter Burke sintetiza, deste modo, as aludidas transformações:

«Nos fins da década de 1970 tinham-se tomado evidentes os perigos deste tipo de história. Na realidade, registou-se uma espécie de reacção contra o modo quantitativo de abordar a história. Aproximadamente pela mesma época houve uma reacção mais geral contra muito do defendido pelos *Annales*, especialmente contra o predomínio da história social e estrutural». E continua o

<sup>(12)</sup> Veras elucidativas sínteses: J. Dupâquier, «*Démographie historique*», A. Burguière (dir.), *Dictionnaire des sciences historiques*; J. R., «*Démographie historique*», J. Le Goff et al., *La nouvelle histoire*, p. 133-139.

<sup>(3)</sup> «História que não é quantificável não pode reclamar-se de científica» (*apud* G. G. Iggers, *op. cit.*, p. 175).

autor: «Considerando o lado positivo destas reacções, podemos distinguir três correntes: um movimento antropológico, um regresso à temática política [a que já se tem vindo a chamar a «nova história política»] e um renascimento da narrativa» (14).

Obviamente que—quase seria desnecessário acrescentar—, na história económica e social, elaborada desde os inícios dos anos 1980, se encontra plasmado—de forma mais ou menos explícita— muito do que se referiu, acerca do respectivo contexto histórico geral (15).

## 2. DA “NOVA HISTORIA” ÀS “NOVAS HISTORIAS”; ADOPÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS HISTORIOGRÁFICOS?

### 2.1. O “velho” e o “novo” na historiografia: contestação e procura de novos paradigmas

A *historia metódica* (16), cujos princípios fundamentais e metodologia se encontram compendiados na conhecida obra de Langlois e Seignobos— *Introduction aux études historiques* (17)—, após ter alcançado um sucesso apreciável nas últimas décadas de Oitocentos e nos inícios de Novecentos, começou a ser alvo de críticas várias. É que, à pobreza da temática geralmente abordada

(14) P. Burke, *op. cit* p. 81.

(15) Para um estudo mais desenvolvido da evolução da história económica, consultar as seguintes obras: Witold Kula, *Problemas y métodos de la historia económica* trad. do polaco, 3.ª ed., Barcelona, Ed. Península, 1977, p. 11-137; Vitorino Magalhães Godinho, *Introdução à história económica*, Lisboa, Livros Horizonte, s. d.; J. M. Amado Mendes, *História económica social dos séculos XVaXX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 31-69.

(16) Ver José M. Amado Mendes, *A história como ciência. Fontes, metodologia e teorização*, 3.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1993, p. 68-73.

(17) Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette, 1898.

— eventos políticos e militares, pelo que também já se lhe chamou «história-batalha», contemplando apenas reduzidos estratos sociais, em geral privilegiados—, acrescentava-se uma certa falta de enquadramento teórico e uma excessiva subordinação à fonte escrita. Como, em muitos casos, não se definia previamente uma problemática, o historiador, na prática, deixava-se guiar pela questão das fontes, em vez de ser ele o líder de todo o processo de investigação histórica.

Foi nesta conjuntura—reforçada pelos múltiplos efeitos do primeiro conflito mundial (1914-18) e dos chamados “loucos anos 20”— que Marc Bloch e Lucien Febvre, interpretando o sentir de alguns e beneficiando de um ambiente de diálogo, cultural e científico, em Estrasburgo, deliberaram fundar a famosa revista *Annales d’Histoire Economique et Sociale* (1929) <sup>(18)</sup>.

A «revolução», introduzida pelo grupo—ou «escola», segundo outros—dos *Annales*, verificou-se a dois níveis: o *du historiografia*, em geral, e o da *história económica e social*, em particular. Relativamente àquela, salientam-se as seguintes perspectivas:

- uma nova concepção e filosofia da história, passando esta a abranger todas as temáticas relativas ao homem—ou ao homem em sociedade, como preferia Marc Bloch—, a todos os grupos sociais— inclusive os marginais—e aos indivíduos de qualquer condição e estatuto socioprofissional, económico e cultural;

- à «história-batalha» ou factual começa a preferir-se a «história-problema», o que induziu a deslocação da fase da heurística para segundo lugar, isto é, fazendo-a preceder de todo um processo de problematização e elaboração de hipóteses e até, mais recentemente,

<sup>(18)</sup> A designação da revista viria a sofrer, entretanto, as seguintes alterações: *Annales d’Histoire Sociale* (1939-41), *Mélanges d’Histoire Sociale* (1942-45) e, finalmente, a que ainda mantém: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Sobre Marc Bloch, ver Hartmut Astma e André Burguière (textos reunidos e apresentados por...), *Marc Bloch aujourd’hui. Histoire comparée sciences sociales*, Paris, EHESS, 1990.

de modelos; privilegia-se a interpretação à descrição; mais do que o *quando* e o *como*, procura averiguar-se o *porquê*;

- o conceito de fonte liberta-se do espartilho da fonte escrita— de preferência inédita —, para se alargar a tudo que possa testemunhar a história humana, incluindo os silêncios das próprias fontes ou os fenómenos da natureza.

Quanto à história económica e social, esta passou a lugar de destaque, numa atitude de contestação e recusa—ainda que na maior parte das vezes, implícita — ao privilégio que havia sido dado à problemática política. Sobre o assunto, sublinha André Burguière: «A orientação do *s Annales* deixa-se porventura decifrar melhor no que ela recusa do que naquilo que propõe. Uma exclusão evidente: *a história política*. É ela, mais ainda que a história factual (que nunca foi denunciada narevistacommo tal, durante este período) que Marc Bloch e Lucien Febvre reprovam, à escola positivista [na sua modalidade chamada *metódica*o tê-la privilegiado (19). Além disso, o económico e o social encontram-se por todo o lado, dizem respeito a todas as pessoas (20).

Tendo em consideração a amplitude e as implicações historiográficas introduzidas e divulgadas pelo grupo dos *Annales*, poder-se-á falar de um novo paradigma historiográfico? Provavelmente não haverá unanimidade nas respostas a esta pergunta. Por exemplo, um autor, que privilegiava as alterações verificadas na *prática* historiográfica, acentuava, em 1984: «Deste ponto de vista teórico

(<sup>9</sup>) André Burguière, «Histoire d'une histoire: La naissance des Annales», *Annales. ESC*, 34.º ano, 1979, n.º 6, p. 1356 (sublinhado meu).

(<sup>20</sup>) Entre muitos outros estudos sobre o grupo dos *Annales* e respectiva bibliografia, ver também: Peter Burke, *La revolución historiográfica francesa. La Escuela de los Annales: 1929-1989*, já citado (cfr. *supra*, nota 1); Hervé Couteau-Bégari z, *Le phénomène «Nouvelle histoire». Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, Económica, 1983; Jacques Revel, "Histoire et sciences sociales: les paradigmes des Annales" *Annales. ESC*, 34º ano, 1979, n.º 6, p. 1360-1376; Robert Fors ter, «Achievements of the Annales School», *The Journal of Economic History*, vol. XXXVIII, n.º 1, 1978, p. 58-76; José M. Amado Mendes, *A história como ciência*, p. 74-76.

não existe, pois, em minha opinião, “revolução historiográfica” no século XX; todavia, seria uma deformação da verdade não assinalar ao mesmo tempo [...] que, pela primeira vez desde os começos do século passado, sobretudo a partir de 1945 se produziu uma verdadeira revolução na *prática historiográfica*. Novos temas, novas fontes, novos métodos e técnicas: só nos últimos decénios se tem desenvolvido, com uma variedade e uma amplitude verdadeiramente assombrosas, todas as consequências práticas de uns princípios filosóficos já antigos (e, em muitos aspectos, já antiquados). Neste sentido, feitas as ressalvas anteriores, visto o contraste entre o actual panorama historiográfico mundial e o de há cinquenta anos, não há dúvida de que a expressão “nova história” (sobretudo se o singular se transformar em plural) é muito apropriada» (21).

Porém, em meu entender, as transformações não se deram somente ao nível da prática, mas afectaram tudo o que à historiografia—devidamente actualizada, entenda-se—dizrespeito. Neste sentido, julgo ser também apropriado falar de um *novo paradigma historiográfico*, de acordo, aliás, com a definição do próprio “pai” da respectiva noção de paradigma. Com efeito, Thomas S. Kuhn—na conhecida obra, acerca da *estrutura das revoluções científicas*— esclarece:

«Por um lado, ele [o paradigma] representa todo o conjunto de crenças, valores reconhecidos e técnicas que são comuns aos membros de um determinado grupo. Por outro, ele mostra um elemento isolado deste conjunto: as soluções de enigmas concretos que, utilizados como modelos ou exemplos, podem substituir as regras

(21) Ignacio Olábarri Gortázar, «La recepción en España de la *revolución historiográfica* del siglo XX», V. Vasquez de Prada *et al.* (dir.), *La historiografía en Occidente desde 1945. Actitudes, tendencias y problemas metodológicos. Actas de las III Conversaciones Internacionales de Historia. Universidad de Navarra (Pamplona, 5-7 abril 1984)*, Pamplona, Ed. Universidad de Navarra, 1985, p. 91-92.

explícitas assim como as bases de soluções para os enigmas que subsistem na ciencia normal» (22).

Acrescento, apenas, que a “ciência normal”, — isto é, a mais divulgada e a que dispunha de maior número de adeptos —, no ocaso dos anos 1920, era ainda a historia tradicional e que o novo paradigma — consubstanciado na «nova historia» — só paulatinamente foi aceite, não tendo mesmo chegado a penetrar em alguns sectores. Isto comprova o que também é conhecido a propósito de outros domínios científicos, ou seja, a falta de receptividade ou mesmo um certo conservadorismo da maior parte dos membros da respectiva comunidade científica, perante as inovações induzidas por um novo paradigma emergente.

## 2.2. “Nova história” ou “novas histórias” ?

Especialmente a partir da II Guerra Mundial — e, de forma mais acentuada, desde finais dos anos 1950 —, a “nova história”, de matriz francesa e identificada com a do grupo do começa a deparar-se com a “concorrência” de outras propostas historiográficas — veiculadas por “escolas”, tendências ou grupos —, o que, frequentemente, tem sido silenciado. Concorro, pois, com o historiador espanhol, Ignacio Olábbarri Gortázar, quando afirma:

«Parece necessário falar de “novas histórias”, no plural, dadas as grandes diferenças, nos fundamentos filosóficos e nas manifestações práticas, entre os distintos movimentos historiográficos que [...] renovaram a nossa disciplina nos últimos cinquenta anos. A atribuição exclusiva do termo à historiografia nascida dos *Annales* peca quiçá por chauvinismo» (23).

Entre essas “novas histórias” podem mencionar-se: a “new économie history” — também designada cliometria ou história

<sup>22)</sup> Thomas S. Kuhn, *La structure des révolutions scientifiques* (trad. do inglês), Paris, Flammarion, 1972, p. 207.

<sup>23)</sup> J. Olábbarri Gortázar, *op. cit.*, p. 103, nota 17.

econométrica —, de origem anglo-saxónica, a história política e social alemã, a psico-história norte-americana <sup>(24)</sup> e a própria história marxista <sup>(25)</sup>, para não referir outras “nuances”, como: a demografia histórica britânica, do grupo Peter Laslett e E. A. Wrigley (o “Cambridge Group”, fundado em 1964), a “história oral” ou mesmo a “história narrativa” (que Lawrence Stone tentou reabilitar, já em 1979) <sup>(26)</sup>. Na impossibilidade de focar mais detalhadamente, aqui e agora, o contributo de cada uma delas, passo a considerar algumas das mais relevantes inovações no âmbito da história económica e social, nas últimas décadas.

### 3. A HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL DA TERCEIRA GERAÇÃO: TENDÊNCIAS E METODOLOGIAS

O desenvolvimento da historiografia, no último meio século, parece confirmar o desejo, enunciado nos anos 1960:

«Era bom que se pudesse dizer da história exactamente o mesmo que Raymond Aron diz da sociologia: que ela “parece ser caracterizada por uma incessante pesquisa dela própria” <sup>(27)</sup>.

No terceiro quartel do nosso século—que corresponde, “grosso modo”, à segunda geração dos *Annales*—, os métodos utilizados

<sup>(24)</sup> Richard L. Schoenwald, « The psychological study of history », George G. Iggers e Herald T. Parker (eds.), *International Handbook of Historical Studies. Contemporary research and theory*, Londres, Methuen, 1979, p. 71-85; Rohert F. Berkhofer Jr., *A behavioral approach to historical analysis*, Nova Iorque, The Free Press, 1971.

<sup>(25)</sup> G. G. Iggers (*op. cit.*, p. 177) distingue três importantes escolas de pensamento histórico: a) a história económico-demográfica dos *Annales*; b) a escola política e social, como erapaticada (em 1985) na República Federal da Alemanha; c) a história sociocultural do Ocidente e dos Países de Leste marxistas. Mas, como adverte o próprio autor, não se trata de uma enumeração exaustiva.

<sup>(26)</sup> Lawrence Stone, «The revival of narrative: reflections on a new old history», *Past and Present*, n.º 85, 1979, p. 3-24. Ver outros elementos, sobre os referidos contributos, na obra citada *supra*, nota 21.

<sup>(27)</sup> W. Kula, *op. cit.*, p. 584-585.

pela história económica e social tornaram-se mais sofisticados, superando-se, assim, a “factografia” (28) característica do período de entre as duas guerras mundias. Entre outras, a história económica—ainda segundo W. Kula — apresentava, então, as seguintes características, consideradas pelo autor as novas tendências (dos anos 60) para:

a) o raciocínio com categorias globais, da economia social, contrário à análise das instituições desligadas do seu contexto;

b) as concepções quantitativas, com vista à averiguação das magnitudes e das proporções. Dá-se, na expressão de Ch.-O. Carbonell, a «matematização da história» (29).

c) a descoberta para o mecanismo funcional do sistema económico estudado;

d) o máximo aproveitamento da conquista de outras ciências sociais (em especial das seguintes: economia, etnologia, demografia e estatística);

e) o mais amplo uso do conhecimento sobre a enorme heterogeneidade dos sistemas socioeconómicos, actualmente existentes no mundo (30).

Desde os finais da década de sessenta e os inícios da de setenta entra-se na chamada *terceira geração*—e na história do terceiro nível—, continuando a notar-se consideráveis alterações, dos pontos de vista teórico e temático, por um lado, e metodológico, por outro.

### 3.1. *Novas concepções historio gráficas novos temas em foco*

Passada uma primeira fase de contestação e crítica contundente à “escola” dos *Annales*—inclusive de autores a ela ligados mas, de

(28) W. Kula, *op. cit.*, p. 26.

(29) Charles-Olivier Carbonell, «Evolución general de la historiografía en el mundo, principalmente en Francia», V. Vasquez de Prada *et. al.* (dir.), *La historiografía en Occidente desde 1945*, p. 11.

(30) W. Kula, *op. cit.*, p. 9.

modo particular, de meios ligados à nova história económica <sup>(31)</sup> — nos anos 1950-60 verifica-se uma certa aproximação entre as diversas correntes historiográficas, não obstante a manutenção de algumas especificidades. Por exemplo, a *nova história económica* —com o recurso ao contrafactual e à teoria económica, a utilização de modelos e de métodos estatísticos algo complexos— não se confunde com a história ainda hoje difundida pelos *Annales*. Vejamos, pois, algumas das coordenadas da historiografia nas últimas décadas, em particular no que concerne à história económica e social.

a) De certo modo, pode dizer-se que a história económica e social se tornou mais “humana”, pois o homem passou a constituir, mais frequen temen te, o núcleo central da problemática a investigar. Como já foi destacado— a propósito de uma das consequências da reabilitação da narrativa— «considera-se agora que o problema central da história já não é o das circunstâncias que rodeiam o homem, mas sim o do *homem nas suas circunstâncias*; dos problemas demográficos e económicos passou-se aos culturais e emocionais; da influência da sociologia, economia e demografia, à da antropologia e psicologia; do grupo ao indivíduo; dos modelos explicativos de mudança estratificados e monocausais aos inter-relacionados multicausais; da quantificação do grupo ao exemplo individual; e, enfim, do analítico ao descritivo e da função científica à função literária da História» <sup>(32)</sup>.

b) Tem vindo a valorizar-se e a atribuir-se um peso maior aos factores não estritamente económicos, contestando-se, assim, a conhecida e anquilosada noção do “*homo economicus*”, defendida outrora por alguns economistas. Consequentemente, tem-se prestado

<sup>(31)</sup> Cfr. José M. Amado Mendes, *A história como ciência*, p. 76-83; Josef Fontana y Lázaro, «Ascensão e decadência da Escola dos “Annales”», *Histórias & Ideias*, vol. I, 1979, n.º 3-4, p. 65-79; Ralph Andreano (dir.), *Lanouvelle histoire économique* (trad. do francês), Paris, Gallimard, 1977.

<sup>(32)</sup> J. Olábarri Gortázar, *op. cit.*, p. 99 (sublinhado meu).

também um maior grau de atenção à *história das mentalidades*, assim definida por um autor: «Uma disciplina que procura apreender globalmente, através das suas diversas manifestações, os conteúdos ideológicos das representações colectivas e até mesmo das suas concomitantes afectivas ou passionais, numa dada população e época. Como tal, ela faz parte da história das civilizações» (33).

c) Admite-se, cada vez mais frequentemente, a interligação de fenómenos de tipo diverso, o que, aliás, induz a prática da interdisciplinaridade. A propósito, sublinha Jean Walch: «A evolução das sociedades é comandada, em parte, pelo desenvolvimento interno de cada uma das actividades estruturais: técnicas de produção, vida económica, categorias sociais, instituições políticas, etc., mas nenhuma destas estruturas fundamentais é independente das outras. Cada uma delas actúa directa e indirectamente sobre as outras, o que se reflecte nela própria»(34).

d) Torna-se cada vez mais nítida a complementaridade entre a análise macro e micro, do que resultam, por um lado, trabalhos de investigação sobre o crescimento, o desenvolvimento e políticas económicas gerais e, por outro, sobre temas mais restritos, como a história das organizações, monografias locais e a própria biografia. Por exemplo, em França, em 1973, de toda a produção historiográfica sobre o país, 52,5% do total foi de âmbito regional e local (35).

e) Tem-se prestado uma atenção crescente a estratos sociais numericamente pouco representativos, mas de grande interesse do ponto de vista social e das mentalidades. Assim sucede com diversos tipos de minorias, incluindo os chamados grupos “marginais”.

f) Começou a focar-se mais o longo prazo que as revoluções, tendo alguns autores contestado o próprio conceito de “revolução”, aplicado a determinados fenómenos. Indico apenas alguns exemplos:

(33) Jean Walch, *Historiographie structurale*, Paris, Masson, 1990, p. 127.

(34) J. Walch, *idem*, p. 254.

(35) *La recherche historique en France depuis 1965*, Paris, CNRS, 1980, p. 41.

Michel Morineau refuta a existência de uma revolução agrária em França, no século XVIII <sup>(36)</sup>; estudiosos da *revolução industrial*, num colóquio realizado em Lyon em 1970, propuseram a substituição daquele conceito por outro mais neutro, isto é, pelo de *industrialização* <sup>(37)</sup>; por último, Arno J. Mayer, sublinhando as permanências— não obstante as transformações provocadas pelas revoluções liberais—” prolonga” as persistências do Antigo Regime até à “guerra dos 30 anos” do século XX <sup>(38)</sup>.

g) Em estudos sobre a indústria, atenta se não só à tecnologia— aproveitamento de novas energias, mecanização, etc.—como a outros factores, de ordem financeira, política, científica, etc. A conhecida obra de A. Gerschenkron, acerca do atraso económico, encontra-se nesta linha <sup>(39)</sup>.

h) Têm-se multiplicado os estudos históricos sobre a mulher. Simultâneamente—visto poder detectar-se alguma relação entre os dois fenómenos —, tem aumentado consideravelmente o número de historiadoras, no âmbito da história económica e social. Por exemplo, de um trabalho sobre o assunto, acerca da colaboração de mulheres em *The Journal of Economic History* (EUA), chega-se à seguinte conclusão: cerca de 5% na primeira década (anos 1940); ligeira descida nos inícios dos anos 1950; 8% nos começos dos anos 1960, tendo praticamente desaparecido entre 1965e 1969. A partir dos anos 1970e, sobretudo, na década de 1980 adita colaboração subiu paraos 15%,atingindo 14% como membros

<sup>(36)</sup> Michel Morineau, *Les faux-semblants d' un démarrage économique: agriculture et démographie en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*, “Cahiers des Annales”, n.º 30, Paris, A.Colin, 1971.

<sup>(37)</sup> Pierre Léon et al. (dir.), *L' industrialisation en Europe au XIX<sup>e</sup> siècle. Cartographie et typologie. Lyon 7-10 octobre 1970*, Paris, CNRS, 1972, p. 359.

<sup>(38)</sup> Arno J. Mayer, *La persistencia del Antiguo Régimen. Europa hasta la Gran Guerra* (trad. do inglês), Madrid, Alianza Editorial, 1984, p. 14.

<sup>(39)</sup> Alexander Gerschenkron, *El atraso económico en su perspectiva histórica* (trad. do inglês), Barcelona, Ed. Ariel, 1968.

da respectiva associação (The Economic History Association — EUA) <sup>(40)</sup>.

i) A *biografia* começou a libertar-se do “anátoma” que a afecta va, começando a despontar não só com uma nova roupagem—que faz dela uma «nova biografia» —, como ainda sugerindo-nos novos desafios, através da *prosopografia* <sup>(41)</sup>. Acerca do seu papel, nas novas histórias deste final de século, escreveu um autor:

« É que a biografia ou as biografias (se é possível pensar no plural), que não devem ser dedicadas [só, acrescentaria eu] a figuras ilustres, são a única maneira de restabelecer, dentro da dialéctica da duração, a complexidade infinita da vida» <sup>(42)</sup>.

### 3.2. A metodologia

Relativamente aos métodos, tem havido um certo aperfeiçoamento, a vários níveis. O historiador é como que um anão às costas de um gigante—para me servir da feliz imagem de um monge medieval—, pelo que acumula vivências e experiências de vários tipos, investigadores e épocas. Entre as mais relevantes destaco:

a) A crítica—interna e externa—dos documentos escritos, legado importante de Jean Mabillon (século XVII) e seus continuadores, e que continua a ser imprescindível.

b) O uso de vários géneros de fontes e a ampliação do “questionário” a que as mesmas são sujeitas pelos investigadores.

<sup>(40)</sup> Rohert Whaples, «A quantitative history of the Journal of Economic History and the cliometric révolution», *The Journal of Economic History*, vol. 51,1991, n.º 2, p. 297. Ver a síntese de Gisela Bock, "História, história das mulheres, história do género", *Penélope*, n.º 4, 1990, p. 157-187.

<sup>(41)</sup> Ver José M. Amado Mendes, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos », *Análise Social*, vol. XXVII, n.ºs 116-117,1992 (2º-3º), p. 357-365; "A biografia na história", *Munda*, n.º 24, 1992, p. 33-34.

<sup>(42)</sup> Bartolomé Bennassar, "História das mentalidades", V. Vasquez de Prada *et al.* (dir.), *La historiografía en Occidente desde 1945*, p. 163. Acrescente-se que no 17.º Congresso Internacional de Ciências Históricas (Madrid, 1990), a “biografia histórica” foi um dos grandes temas debatidos.

Considera-se, hoje, que aquelas são apenas matéria-prima, condição necessária mas não suficiente para se transformarem em história.

c) A extensão dos métodos quantitativos à pesquisa de novas temáticas, inclusivamente da história social, cultural e das mentalidades. A título de exemplo, podem referir-se: índices de leitura de determinada população, frequência com que certos termos são usados, índices relativos à criminalidade ou à participação em movimentos sociais. Entrámos, assim, na quarta fase do uso do quantitativo (43).

d) O recurso a metodologias e conceitos utilizados por outras ciências humanas e sociais—sociologia, economia, psicologia, antropologia e geografia, entre outras—, através de práticas cada vez mais interdisciplinares.

e) Na época do audiovisual e da “aldeia global” em que o planeta se transformou, a metodologia historiográfica tem vindo a valorizar a imagem, quer pelo uso de gráficos ou da cartografia, quer pela reprodução fotográfica de fontes, monumentos, indivíduos, grupos, etc.

Sintetizando, pode afirmar-se, com J. Walch, que nesta nova historiografia se revela aquilo que Gaston Bachelard apelidou de *novo espírito científico* (44). E acrescenta o autor, noutro local do seu trabalho (*Historiographie structurale*, 1990):

«A historiografia moderna [entenda-se nossa contemporânea] está cada vez mais envolvida numa via totalmente nova: o estudo genético das grandes estruturas da actividade individual e social. Trata-se de uma verdadeira mutação do *espírito histórico*. O historiador actual já não nos narra eventos, já não elabora a biografia de um rei ou de um príncipe: ele interessa-se pelo desenvolvimento

(43) Hermann van der Vee y G. Dancet, «Una aproximación quantitativa a la historia económica en Europa desde la Primera Guerra Mundial», V. Vasquez de Prada *et al*, *La historiografía en Occidente desde 1945*, p. 375-398.

(44) J. Walch, *op. cit.*, p. 15.

económico, pelas classes sociais, pelas técnicas de produção, pela história da arte, das ciências, das religiões, assim como das estruturas evolutivas no devir da civilização. A história anedótica, a história individual tornaram-se géneros menores, para o grande público» (45).

#### 4. HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL EM PORTUGAL

##### 4. I. *Evolução, realizações e dificuldades*

Dispomos já de algumas reflexões sobre a historiografia portuguesa nas últimas décadas. ‘Todavia, salvo raras exceções — como os estudos de Aurélio de Oliveira e do historiador espanhol, Eloy Fernandes Clemente (46) —, a análise tem incidido mais sobre a história, em geral, que sobre a história económica, em particular. Entre outros contributos, salienta-se o do número monográfico da revista *Ler História* (n.º 21, 1991), dedicado, precisamente, à «Historiografia portuguesa hoje». Dada a impossibilidade de retomar, aqui, toda a problemática que a questão envolve, limitar-me-ei a destacar algumas questões e coordenadas da evolução da dita historiografia—em particular no que concerne à história económica e social—, a partir dos anos 1960.

Antes de prosseguir, podemos interrogar-nos: qual o ponto de partida? Em que situação se encontrava a historiografia portuguesa, há cerca de três décadas?

Num artigo publicado em 1963, acerca da «História em Portugal», Frédéric Mauro apontava àquela as seguintes limitações:

(45) J. Walch, *op. cit.* p. 160.

(46) Aurélio de Oliveira, «A história económica e social dos séculos XVII-XVIII na historiografia portuguesa, 1974-1986», *Revista de História Económica e Social*, 20, 1987, p. 113-131 ; Eloy Fernandes Clemente, «A história económica de Portugal (séculos XIX e XX)», *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988 (4º, 5º), p. 1297-1329.

- a ignorância da bibliografia estrangeira;
- um interesse demasiado exclusivo pelos problemas nacionais;
- um desconhecimento absoluto das outras ciências sociais;
- um gosto exagerado da erudição pela erudição (47).

É óbvio que o autor também notava excepções e, inclusive, sinais de renovação. Estes verificavam-se em tentativas de actualização, já na altura em curso, designadamente nos ramos da *história económica* e da *demografia histórica*. No primeiro caso, são referenciados os nomes de Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Borges de Macedo, Virgínia Rau, Joel Serrão e J. Gentil da Silva; no segundo—demografia histórica—, destacavam -se os seminários leccionados na Faculdade de Letras de Lisboa (48) (e, entretanto, também nas suas congéneres de Coimbra e Porto), no âmbito dos quais vieram aserelaboradasdezenasdedissertaçõesdelicenciatura.

Posteriormente — sobretudo após e na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974— operaram-se transformações significativas a vários níveis, com repercussões positivas na história económica e social. Não obstante algumas iniciativas esporádicas, já anteriormente tomadas, quer nas Faculdades de Economia (49), quer nas Faculdades de Letras, foi então que a história económica e/ou económica e social entrou, “em força”, no Ensino Superior, em cursos como o de História, Economia, Gestão, etc. Como salienta António Borges Coelho — referindo-se à história geral mas que também se aplica à história económica e social —, «a Universidade

(47) Frédéric Mauro, «L’orientation actuelle des études historiques. L’histoire au Portugal», *Revue Historique*, 87.º ano, t. CCXXIX, 1963, p. 433-442. Ver também João Paulo Avelãs Nunes, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974). Ascensão e queda de um paradigma historio gráfico*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993 (Diss. de mestrado em História Contemporânea de Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, inimeog.).

(48) F. Mauro, *op. cit.*, p. 441.

(49) Miriam Halpern Pereira, «Breve reflexão acerca da historiografia portuguesa no século XX», *Ler História*, 21, 1991, p. 11.

tomou decisivamente a vanguarda que lhe cabe na pesquisa histórica mas não tem, nunca teve nem terá o seu monopólio. Anteriormente, com o relevo das excepções conhecidas, muitos dos melhores investigadores exerciam funções docentes nos liceus ou fora dos quadros docentes universitários» (50). O movimento de uma certa “recusa” do político—aliás compreensível, dado o privilégio de que havia gozado, durante cerca de meio século, e ainda não completamente superado, na actualidade—, similar ao que havia caracterizado o grupo dos *Amales*, na sua primeira fase, induziu a atracção pela história económica e social.

Estruturaram-se centros e/ou institutos de investigação e ensino, multiplicaram-se as publicações—inclusive a *Revista de História Económica e Social* (1978-1989), especializada—, dedicadas à história económica e social ou dando a esta considerável relevo (51). Por outro lado, aquela começa também a ser privilegiada em congressos, colóquios, conferências, “curricula” e programas de história geral. Não menos significativo foi o facto de a história económica e social ter passado a ser preferida em trabalhos a apresentar a provas académicas, estando presente, segundo estudos já efectuados, em cerca de metade daqueles (52).

Para se obter uma compreensão mais completa do fenómeno — isto é, a adopção e difusão de um novo paradigma historiográfico—, seria interessante averiguar o papel que, no referido processo inovador, terão desempenhado os diversos grupos de historiadores e/ou seus aprendizes. Assim, poder-se-ão distinguir: os que já se

(50) António Borges Coelho, «História moderna de Portugal: A investigação nos últimos 15 anos em ou (s)em jeito de balanço...», *Ler História*, 21, 1991, p. 46.

(51) Entre as publicações periódicas que têm divulgado estudos sobre a história económica e social, contam-se os seguintes: *Análise Social*, *Beira Alta*, *Ler História*, *Munda*, *Revista de História* e *Revista Portuguesa de História*.

(52) A. Borges Coelho, *op. cit.*, p. 51 ; Fernando Marques da Costa, «Provas académicas em História. 1986/87», *Penélope*, 1, 1988, p. 151-160; Maria Idalina Portugal, «Provas académicas em História», *Ler História*, 3, 1989, p. 189-196.

encontravam em actividade, nas respectivas instituições universitárias, no período anterior (até aos inícios dos anos 1970); os que completaram a sua formação académica e/ou exerceram funções em centros universitários estrangeiros e que, entretanto, regressaram ao País; finalmente aqueles que, entretanto, foram recrutados, beneficiando das novas condições de abertura e tolerância do pós-25 de Abril. Trata-se, afinal, de procurar responder a uma questão mais geral, acerca de outras revoluções científicas. Estas—traduzidas na adopção de novos paradigmas—ocorrem quando um novo paradigma é desenvolvido e os seus praticantes se “convertem” ou, ao invés, quando chegam outros, de novo, que adoptam a nova ortodoxia e suplantam os seus predecessores? <sup>(53)</sup> Ou, e essa será uma terceira hipótese, quando se conjuga a colaboração de uns e outros? E quanto ao papel da própria idade, no que se refere à receptividade, quanto à inovação?

Embora não seja possível, neste contexto, estudar a referida problemática, recordo apenas as influências sofridas por alguns investigadores, na sua passagem por centros de outros países—em especial França <sup>(54)</sup> e Grã-Bretanha <sup>(55)</sup> —, o que se repercute nas suas concepções historiográficas e nos respectivos trabalhos.

Acerca das dificuldades que, apesar de tudo, se fizeram sentir, saliento as que se prenderam com os seguintes factores:

- a deficiente organização de diversos arquivos — pelo menos numa primeira fase — e, bem assim, a frequente inexistência de catálogos ou guias;

<sup>(53)</sup> Questão já formulada também por R. Whaples, *op. cit.*, p. 295.

<sup>(54)</sup> Recordemos, entre outros, Vitorino Magalhães Godinho e Miriam Halpern Pereira.

<sup>(55)</sup> *por exemplo*, Maria Filomena Mónica e Jaime Reis. Não é por acaso que, enquanto alguns historiadores — mais influenciados pela “escola dos *Annales*”— têm relutância em aceitar a metodologia da história económica, sobretudo o contrafactual, Jaime Reis, mais identificado com a historiografia anglo-saxónica, ousou introduzir a «new économie history» em Portugal (cfr. Jaime Reis, *O atraso económico português. 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992).

- os insuficientes financiamentos que, em diversos casos, dificultaram uma adequada actualização bibliográfica e mesmo a deslocação de investigadores, a centros ou arquivos nacionais e estrangeiros;
- as restrições no acesso a certos arquivos—públicos e privados— com interesse para a história contemporânea, em especial do século XX.

#### *4.2. Acção do Instituto de História Económica e Social, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

Antes de prosseguir, desejaria fazer duas advertências. A primeira para sublinhar que, se recordo aqui apenas a acção do Instituto de História Económica e Social, isso não implica esquecer os restantes Institutos do Grupo de História da Faculdade—aos quais presto a minha homenagem—que, obviamente, também não podem deixar de considerar, ao menos esporadicamente, a história económica e social. Faço-o tão-só porque, pela sua própria natureza, é ao referido Instituto que está cometido o ensino e a investigação do referido ramo da história. A segunda para lembrar que o que se vai seguir constitui apenas uma breve síntese, devido às limitações impostas por trabalhos deste tipo. O tema mereceria uma abordagem mais desenvolvida, mas que terá que ficar para melhor ocasião.

a) A nível institucional, o *Instituto de História Económica e Social* (IHES) tem organizado (ou colaborado na organização de) congressos, colóquios, cursos de verão, seminários, etc., quer como Instituto, quer através dos seus membros, considerados individualmente. Recordo, por exemplo, os colóquios “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais” (1985) <sup>(56)</sup> e “A Revolução Francesa e a Península Ibérica” (1987)

<sup>(56)</sup> *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Colóquio 20-22 de Março de 1985. Actas, vols. I e II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras, 1986.*

(<sup>57</sup>), o “Congresso de História da Universidade” (1990) (<sup>58</sup>) e o congresso evocativo do “VI Centenário [do nascimento] do Infante D. Pedro” (1992) (<sup>59</sup>).

b) Por seu turno, os membros do IHES têm estado também presentes em realizações similares levadas a cabo por outras instituições — nacionais e internacionais —, tendo ainda prestado colaboração diversa em acções de formação ou em realizações de carácter cultural, organizadas por escolas, associações ou grupos constituídos para o efeito. Em meu entender, trata-se de um importante serviço prestado à comunidade, embora muitas vezes não seja devidamente reconhecido e apreciado por quem de direito (<sup>60</sup>).

c) Obviamente que têm sido o *ensino* e a *investigação* as principais actividades desempenhadas pelo IHES, as quais constituem, inclusive, a sua razão de ser. O ensino tem-se processado, sobretudo, ao nível das licenciaturas—em História e variantes em História da Arte e Arqueologia—e, nos últimos anos, também nos mestrados. A investigação, por sua vez, tem sido efectuada pelos respectivos *docentes*—agentes de conexão entre a história-ciência e a história-docência —, como parte integrante e imprescindível da preparação das actividades lectivas, com vista à prestação de provas académicas ou em projectos de pesquisa de vários géneros (<sup>61</sup>), e ainda, em

(<sup>57</sup>) Actas do Colóquio «A Revolução Francesa e a Península Ibérica», *Revista Portuguesa de História* t. XXIII, Coimbra, Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras, 1987; «A Revolução Francesa e a Península Ibérica», *Revista de História das Ideias*, 10, Instituto de História das Ideias/Faculdade de Letras, 1988.

(<sup>58</sup>) *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Congresso “História da Universidade” (no 7º Centenário da sua fundação). Actas*, vols. 1 a 5, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991.

(<sup>59</sup>) Cujas actas foram publicadas na *Biblos*, vol. LXIX, 1993.

(<sup>60</sup>) Muitas vezes critica-se a falta de colaboração entre o meio universitário e o respectivo tecido social. Contudo, e não obstante o esforço desenvolvido por alguns para que a situação seja alterada, escasseiam os recursos—humanos e materiais—para actuar mais frequentemente em tal domínio.

(<sup>61</sup>) Cujos resultados estão bem patentes na própria produção historiográfica dos membros do IHES, da qual se procurou dar uma imagem aproximada, através da mostra

especial em determinadas fases, pelos próprios *estudantes*. Refiro-me, concretamente, ao pós-25 de Abril—nas chamadas pré-especializações — ou, mais recentemente, nos seminários ditos científicos e nos mestrados.

d) Na produção historiográfica do IHES—ou, se se preferir, dos respectivos membros—, destacam-se as dissertações, também de Mestrado mas, particularmente, as de Doutoramento, e a *Revista Portuguesa de História*.

Quanto às dissertações de Doutoramento—uma dúzia, se não erro, apresentadas nos últimos 20 anos—, trata-se de trabalhos julgados em sede própria e sobre os quais não me compete, propriamente, emitir opinião. Todavia, sempre acrescentarei que estamos perante estudos de grande fôlego, nos quais os seus autores terão investido, em média, cerca de uma década de trabalho árduo—para já não referir os consideráveis sacrifícios—, sobre temas diversificados e pertinentes, nos quais se procurou utilizar a metodologia, na altura, mais actualizada <sup>(62)</sup>.

bibliográfica patente na Sala Gama Baños da Faculdade de Letras de Coimbra, de 13 a 16 de Dezembro de 1994, aguardando-se a publicação do respectivo catálogo.

<sup>(62)</sup> Foram as seguintes, as dissertações de Doutoramento apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por membros do Instituto de História Económica e Social, desde 1974: João Lourenço Roque, *A? classes populares do distrito de Coimbra no século XIX(1830-1870). Contributo para o seu estudo* (2 vols., 1982, mimeog.); Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Estudo de História rural* (2 vols., 1983, publicada); José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927* (1984, publicada); Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II: Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado* (2 vols., 1988, mimeog.); António Martins da Silva, *Desamortização e vendidos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX* (1989, mimeog.); Rui de Ascensão Ferceira Cascão, *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910* (2 vols., 1989, mimeog.); Maria Rosa Marreiros, *Propriedade fundiária e rendas da Coroa no reinado de D. Dinis. Guimarães* (2 vols., 1990, mimeog.); Maria Alegria Fernandes Marques, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III: 1245-1279* (1990, mimeog.); Irene Maria Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacovade 1858a 1918*(2 vols., 1990, mimeog.); Maria Margarida Sobral da Silva Neto, *Regime Senhorial, sociedade e vida agrária: o Mosteiro*

Independentemente do modelo de tese e de Doutoramento que venha a adoptar-se no futuro — e que já vem sendo usado em alguns países—, as que têm sido realizadas no âmbito do IHES, se já não representam o trabalho da carreira académica de cada um, pelo menos contar-se-ão, sempre, entre os mais marcantes dos respectivos labores científicos. Neste sentido, ocorre-me ao pensamento a seguinte frase, atribuída a Joseph Schumpeter: «Cada professor universitário tem uma boa ideia e gasta toda a sua vida a elaborá-la» (63). Assim, cada uma das referidas teses poderá vir a considerar-se a expressão da tal “boa ideia” que terá “ocorrido” a cada um dos respectivos autores.

Penaé—e permita-se-me, agora, o desabafo—que a maior parte das referidas teses permaneça inédita e que nem sequer tenham dado origem a artigos de síntese ou a recensões críticas.

A *Revista Portuguesa de História* (fundada em 1941 e a mais antiga do género que, em Portugal, continua em publicação) bem merece que se lhe dedique um estudo desenvolvido, o que não poderá ser feito nas presentes circunstâncias (64).

Acresce que as análises ou referências que lhe têm sido feitas têm incidido mais na sua primeira fase ( 1941-1974) ou no que dela permaneceu (65), “esquecendo-se” a segunda ( 1974-1994), durante

*de Santa Cruz e a região de Coimbra, 1700-1834* (2 vols., 1991, mimeog.); Leontina Ventura, *A nobreza de Afonso III* (2 vols., 1992, mimeog.); Fernando Taveirada Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico* (2 vols., 1992, no prelo).

(63) Paul Klep e Eddy Van Camwenberghe (eds.), *Entrepreneurship and the transformation of the economy (10<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries)*, Leuven University Press, 1994, p. 259.

(M) Sem intuítos propriamente comemorativistas, mas aproveitando o ensejo para se efectuar um aprofundado estudo e uma reflexão adequada, não seria de se começar a pensar nas efemérides que se aproximam, designadamente em 1996 (55<sup>o</sup> aniversário) ou 2001 (60<sup>o</sup> aniversário)?

(65) Cfr. Luís Adão da Fonseca, «La historiografía medieval portuguesa. 1940-1984»; V. Vasquez de Prada *et. ai*, *IM historiografía en Occidente desde 1945*, p. 56; Miriam Halpern Pereira, «Breve reflexão acerca da historiografía portuguesa no século XX», *cit.*, p. 8.

a qual a dita publicação tem vindo a adaptar-se aos novos “ ventos” historiográficos.

Comparando a evolução verificada em três revistas de História — *Annales.E.S.C.* (66), *The Journal History* (67) e *Revista Portuguesa de História* (68) —, em 1975 e 1990, podem tirar-se as seguintes ilações:

♦ Quanto à *época* privilegiada (consoante a percentagem dos respectivos artigos), verifica-se uma certa deslocação da época moderna para a contemporânea (incluindo o século XX), nas duas primeiras (69), tendo a *Revista Portuguesa de História* passado de uma certa dispersão, em 1975, para uma concentração (50,0% ) na época moderna, em 1990.

• No que se refere a *temáticas*, além de uma dispersão considerável em todas elas, a história económica e social já preponderava em 1975, nos *Annales* e no *Journal of Economie History*, passando a história política a primeiro lugar, nos *Annales*, em 1990. Na *Portuguesa de História*, por seu lado, só em 1990 se nota o privilegiar da história económica e social (50,0%). Podem detectar-se

(66) Revista fundada, como disse já, em 1929, publicada em França e sobre a qual já existem diversos estudos (cfr. *supra*, nota 20). Actualmente publicam-se seis números por ano.

(67) Revista publicada nos Estados Unidos da América do Norte, desde 1941, pela “Economie History Association” e que tem sido o principal veículo de divulgação da nova história económica ou cliometria. Aquando do seu cinquentenário (1991), foi objecto de um interessante estudo (Robert Whaples, «A Quantitative history of The Journal of Economie History and cliometric révolution», *The Journal of Economie History*, vol. 51, 1991, n.º 2, p. 289, 301). Publicam-se anualmente quatro números.

(68) Revista criada em 1941, no âmbito do Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos— Instituto de História Económica e Social, desde 1974—, a qual mantém uma periodicidade anual, sendo publicada pelo Instituto de História Económica e Social e pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(69) Quanto aos *Annales*, a maior percentagem dos artigos (32,8%), em 1975, referia-se à época moderna, enquanto que em 1990 o primeiro lugar (com 23,3% do total) era ocupado pela história contemporânea, incluindo o século XX. Relativamente a *The Journal of Economie History*, a história moderna, em 1975, ocupava 40% dos artigos, enquanto em 1990 a privilegiada era a história contemporânea (28,5%).

outros elementos, sobre a distribuição cronológica e temática dos trabalhos saídos nas ditas publicações, no QUADRO apresentado em anexo.

#### 4. 2. "Novos caminhos", a percorrer

Concluirei apresentando algumas sugestões sobre novos "caminhos" que, segundo o meu ponto de vista, deverão ser percorridos.

a) *Temáticas*. Entre muitas outras que deverão ser focadas, recordo: a história política (ou antes, a nova história política), o crescimento e o desenvolvimento, história da ciência e da tecnologia, história da indústria e do artesanato, história das organizações/empresas, biografia e prosopografia. O recurso a bibliografia de várias proveniências—e não quase exclusivamente à de origem francesa (como por vezes sucede)—será igualmente de grande interesse.

b) *Épocas*. Após uma certa concentração na Idade Média (até 1974), nos inícios da Idade Moderna e no século XIX (após 1974), chamo a atenção para os séculos XVII, XVIII e XX, nos quais ainda há muito que investigar, sem com isto querer dizer que já saibamos tudo sobre o século XIX.

c) *Espaços*. Compreensivelmente, temos privilegiado a história regional e local. Mas atenção a estudos de índole nacional ou mesmo sobre outros países ou áreas, sem esquecer os de expressão oficial portuguesa.

d) *Metodologias*. Deve continuar a desenvolver-se a prática da interdisciplinaridade. Como já foi sublinhado, «os historiadores são os sintetizadores das ciências sociais» (70). Por outro lado, há que ter em consideração que «a história económica é uma parte

(70) Richard Sutch, « All things reconsidered: The life-cycle perspective and the third task of économie His tory», *The Journal of Economic History*, vol. 51,1991, nº 2, p. 277-278.

inerente e inseparável da história» (71).

e) *Divulgação*. Deve fazer-se um esforço e um investimento acrescido na divulgação, recorrendo a estratégias adequadas — inclusive de “marketing”, sem receio da palavra ou quaisquer complexos de inferioridade, neste final do século XX —, sem o que a história que fazemos não alcançará a eficácia científica, cultural e social que, por certo, todos nós desejamos.

JOSÉ M. AMADO MENDES

(71) R. Sutch, *idem*, p. 272. Segundo este autor, ao longo de cinquenta anos (1941 - 1991) a nova história económica—o que, em parte, se pode aplicar à história económica em geral—deparou-se com tres objectivos: a) a exigência de uma metodologia quantitativa para se poder fazer e ensinar uma boa história económica; b) a necessidade da história económica e dos dados históricos para o ensino e a investigação de uma boa teoria económica; c) a imprescindível integração da história económica na própria história, em geral. Acrescenta o autor que, enquanto o primeiro objectivo foi alcançado e o segundo está a atingir-se, falta cumprir o terceiro (R. Sutch, *op. cit.*, p. 272-273)

ANEXO

A HISTÓRIA EM "REVISTAS" (1975 E 1990)

	TEMÁTICAS: ÁREAS E SUBÁREAS																		
	DEMOGRAFIA HISTÓRICA				HISTÓRIA DA CULTURA				HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL				HISTÓRIA DA HISTÓRIA (TEORIA E MÉTODOS)						
	1975		1990		1975		1990		1975		1990		1975		1990				
REVISTAS	HA(1)	BM(2)	BM(2D)	HC(3)	SD(3A)	HA(4)	BM(4)	HC(5)	SD(5A)	HA(6)	BM(6)	HC(7)	SD(7A)	HA(8)	BM(8)	HC(9)	SD(9A)		
ANNALES-ESC(7) - 1975	1	2				3	4	1		1	3	21	5			2	5	2	
(8)	1,6	3,1	1,6			4,7	6,3	1,6		1,6	4,7	32,8	7,8			3,1	7,8	3,1	
-1990										1	1	1	3			2	5	7	5
(8)						1,7	1,7	1,7	5,0						3,3	8,3	11,7	8,3	
THE JOURNAL OF ECONOMIC HISTORY (8) - 1975										2	14	3	9			2	1	2	
(8)										5,7	40,0	8,6	25,7			5,7	2,9	5,7	
-1990															1	7	10	8	
(8)															2,9	20,0	28,6	22,9	
REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA (9) - 1975																			
(9)	1									2									
-1990	12,5									12,5					1	4	1	1	
(8)															12,5	30,0	12,5		

- (1). História da Antiguidade
- (2). História Medieval
- (3). História da Idade Moderna
- (4). História Contemporânea (fms do século XVIII e século XIX)
- (5). História do século XX
- (6). Pré-história, História da arte e história urbana
- (7). Revista francesa fundada em Estrasburgo, por March Bloch e Lucien Febvre, em 1929, publicando-se actualmente seis números por ano. Tem sido o principal veículo da «História Nova» francesa.
- (8). Revista publicada nos Estados Unidos da América do Norte, fundada em 1941. Continua a ser o principal órgão difusor da «New Economic History». Publicam-se quatro números anualmente.
- (9). Revista fundada também em 1941, publicada pelo Instituto de História Económica e Social e pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

